

**COMITÊ FISCAL**

**PAUTA DE ASSUNTOS – OUTUBRO 2022**

<b>ICMS .....</b>	<b>2</b>
<b>LEGISLAÇÃO .....</b>	<b>2</b>
<b>JURISPRUDÊNCIA.....</b>	<b>3</b>
<b>IPI .....</b>	<b>4</b>
<b>JURISPRUDÊNCIA.....</b>	<b>4</b>
<b>IR E CSLL .....</b>	<b>5</b>
<b>JURISPRUDÊNCIA.....</b>	<b>5</b>
<b>PIS E COFINS .....</b>	<b>7</b>
<b>JURISPRUDÊNCIA.....</b>	<b>7</b>
<b>DIVERSOS .....</b>	<b>8</b>
<b>LEGISLAÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>JURISPRUDÊNCIA.....</b>	<b>8</b>

**ICMS**

**LEGISLAÇÃO**

1. SP – OPERAÇÕES COM MÁQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, OU COM MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS – REDUÇÃO DA BASE DE CÁLCULO – PRORROGAÇÃO DO BENEFÍCIO FISCAL – ALTERAÇÃO PROMOVIDA NO RICMS/SP
  - **Decreto nº 67.154, de 05 de outubro de 2022 (DOE-SP 06.10.22)**
  
2. SP – MERCADORIAS PROVENIENTES DA ZONA FRANCA MANAUS – BENEFÍCIO FISCAL NA ORIGEM E OBSERVÂNCIA DO CONVÊNIO ICMS nº 190/2017 - NÃO RATIFICAÇÃO DO CONVÊNIO ICMS nº 131/2022
  - **Decreto nº 67.161, de 10 de outubro de 2022 (DOE-SP 11.10.22)**
  - **Ato Declaratório CONFAZ nº 34, de 17 de outubro de 2022 (DOU 18.10.22)**
  
3. SP – CFOP, CST E CRT – OBSERVÂNCIA DO CONVÊNIO S/Nº DE 1970 - ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO RICMS/SP
  - **Decreto 67.170, de 11 de outubro de 2022 (DOE-SP 12.10.22)**
  
4. SP - LIMITE PARA UTILIZAÇÃO, COMO CRÉDITO, DE ICMS INDEVIDAMENTE PAGO POR DESTAQUE A MAIOR EM DOCUMENTO FISCAL, E PEDIDOS DE RESTITUIÇÃO OU COMPENSAÇÃO DO IMPOSTO – DISCIPLINA
  - **Portaria SRE nº 84, de 05 de outubro de 2022 (DOE-SP 06.10.22)**
  
5. SP – VALOR CORRESPONDENTE AO ICMS PAGO INDEVIDAMENTE EM RAZÃO DE DESTAQUE A MAIOR NA NF-E - LANÇAMENTO NA EFD – CÓDIGO DE AJUSTE CORRESPONDENTE - ALTERAÇÃO PROMOVIDA NA PORTARIA CAT nº 147/2009
  - **Portaria SRE nº 85, de 05 de outubro de 2022 (DOE-SP 06.10.22)**
  
6. SP – SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – COMPLEMENTO E RESSARCIMENTO DO IMPOSTO RETIDO – DISCIPLINA CONTIDA NA PORTARIA CAT nº 42/2018 - PRODUÇÃO DE EFEITOS
  - **Portaria SRE nº 86, de 11 de outubro de 2022 (DOE-SP 12.10.22)**
  
7. DF - ENERGIA ELÉTRICA - TRANSMISSÃO, DISTRIBUIÇÃO E ENCARGOS SETORIAIS - NÃO INCIDÊNCIA
  - **Decreto nº 43.893, de 27 de outubro de 2022 (DO-DF 27.10.22)**
  
8. RN – ALTERAÇÕES DIVERSAS PROMOVIDAS NO RICMS
  - **Decreto nº 32.137, de 31 de outubro de 2022 (DOE-RN 31.10.22)**
  
9. EVENTO ATOR INTERESSADO NA NF-E – TRANSPORTADOR

- **Publicação da Nota Técnica 2020.007 Versão 1.22**

**JURISPRUDÊNCIA**

**10. TELECOMUNICAÇÃO E ENERGIA ELÉTRICA – ILEGITIMIDADE DA APLICAÇÃO DE ALÍQUOTAS SUPERIORES ÀS OPERAÇÕES EM GERAL**

- **Precedentes do Supremo Tribunal Federal**

**11. ETANOL ANIDRO COMBUSTÍVEL E BIODIESEL – EXCLUSÃO DA REGRA TRANSITÓRIA DE MÉDIA MÓVEL DE PREÇOS**

- **Precedente do Supremo Tribunal Federal**

**IPI**

**JURISPRUDÊNCIA**

1. SAÍDA DE PRODUTOS IMPORTADOS – INCIDÊNCIA – INAPLICABILIDADE DE DECISÃO JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO ANTERIOR A ENTENDIMENTO ALCANÇADO EM REPETITIVO E REPERCUSSÃO GERAL POSTERIOR CONTRÁRIO AO CONTRIBUINTE
  - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

**JURISPRUDÊNCIA**

1. IRRF – PENSÃO ALIMENTÍCIA – NÃO INCIDÊNCIA – RETROATIVIDADE DA DECISÃO PROFERIDA EM REPERCUSSÃO GERAL
  - **Precedente do Supremo Tribunal Federal**
  
2. RESULTADOS DECORRENTES DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS E DE FUNDOS FECHADOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – INCIDÊNCIA
  - **Precedente do Supremo Tribunal Federal**
  
3. TRAVA DE 30% NO CASO DE EXTINÇÃO DA PESSOA JURÍDICA – MATÉRIA DE CARÁTER INFRACONSTITUCIONAL
  - **Precedente do Supremo Tribunal Federal**
  
4. INCENTIVOS FISCAIS DE ICMS – CARACTERIZAÇÃO COMO SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTO
  - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**
  
5. PREÇO DE TRANSFERÊNCIA – PRL-60 – CÁLCULO ESTABELECIDO PELA IN 243/02 – ILEGITIMIDADE
  - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**
  
6. LUCRO PRESUMIDO – INDENIZAÇÃO DE SEGUROS – NÃO CARACTERIZAÇÃO DE ACRÉSCIMO PATRIMONIAL – TRIBUTAÇÃO INDEVIDA
  - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
  
7. DESPESAS PESSOAIS DOS SÓCIO PAGAS PELA PESSOA JURÍDICA – REMUNERAÇÃO INDIRETA – PAGAMENTO SEM CAUSA – TRIBUTAÇÃO EXCLUSIVA NA FONTE
  - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
  
8. LUCROS AUFERIDOS NO EXTERIOR – TRATADO BRASIL-ARGENTINA – APLICABILIDADE – IMPOSSIBILIDADE DE TRIBUTAÇÃO
  - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
  
9. SALDO NEGATIVO – RETENÇÕES NA FONTE – INEXISTÊNCIA DE INFORME DE RENDIMENTOS – COMPROVAÇÃO POR OUTROS MEIOS – POSSIBILIDADE
  - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

- 10. LUCROS E PREJUÍZOS AUFERIDOS NO EXTERIOR – NECESSIDADE DE CONVERSÃO EM REAIS PELA TAXA DE CÂMBIO PARA VENDA DO DIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM QUE SE DEU A APURAÇÃO**
  - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
  
- 11. AMORTIZAÇÃO DE ÁGIO – REAL ADQUIRENTE DEVE SER CONSIDERADO AQUELE QUE RECEBE O BEM EM TROCA DO PAGAMENTO – IMPOSSIBILIDADE DE CONFIGURAÇÃO DO REAL ADQUIRENTE COMO A EMPRESA DO GRUPO DE QUE OS RECURSOS SE ORIGINAM – IMPOSSIBILIDADE DE CARACTERIZAÇÃO DE PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO ABUSIVO**
  - **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**
  
- 12. SALDO NEGATIVO – APROVEITAMENTO DE RETENÇÕES SOFRIDAS EM PERÍODOS ANTERIORES – IMPOSSIBILIDADE**
  - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
  
- 13. REQUALIFICAÇÃO DE OPERAÇÃO PELO FISCO – POSSIBILIDADE DE DEDUÇÃO DE TRIBUTO RECOLHIDO INDEVIDAMENTE DO QUE DEVE SER PAGO EM RAZÃO DA REQUALIFICAÇÃO**
  - **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**
  
- 14. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA – APLICAÇÃO DE PERCENTUAL DE 32% SOBRE RECEITAS QUE SERIAM DECORRENTES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONSTRUÇÃO VINCULADO AO CONTRATO DE CONCESSÃO**
  - **Solução de Consulta nº 3015, de 19 de outubro de 2022 (DOU 24.10.22)**

**PIS E COFINS**

**JURISPRUDÊNCIA**

1. POSTOS E DISTRIBUIDORAS DE COMBUSTÍVEIS – APURAÇÃO DE CRÉDITO NA AQUISIÇÃO DE DIESEL E GLP – POSSIBILIDADE
  - **Precedentes da Justiça Federal de São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal**
  
2. IMPORTAÇÃO DE SERVIÇOS – ADOÇÃO DO CONCEITO DE RESULTADO PARA SUA CONFIGURAÇÃO
  - **Precedentes da Câmara Superior de Recursos Fiscais**
  
3. DESPESAS COM SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE EXPEDIÇÃO – POSSIBILIDADE DE APROPRIAÇÃO DE CRÉDITO DA NÃO-CUMULATIVIDADE
  - **Precedentes da Câmara Superior de Recursos Fiscais**
  
4. EMPRESA REVENDEDORA DE MERCADORIAS – FRETE ENTRE ESTABELECIMENTOS – CARACTERIZAÇÃO COMO FRETE NA VENDA – POSSIBILIDADE DE APROPRIAÇÃO DE CRÉDITO DA NÃO-CUMULATIVIDADE
  - **Precedentes da Câmara Superior de Recursos Fiscais**
  
5. RECEBIMENTO DE REEMBOLSO POR RATEIO DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS ENTRE EMPRESAS COLIGADAS – CARACTERIZAÇÃO DE RECEITA
  - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
  
6. DESPESAS COM MATERIAL DE EMBALAGEM DESTINADA AO TRANSPORTE DAS MERCADORIAS – POSSIBILIDADE DE APROVEITAMENTO DE CRÉDITOS
  - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
  
7. DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS DERIVADOS DE PETRÓLEO – ALÍQUOTAS CONCENTRADAS E INCIDÊNCIA MONOFÁSICA – DESPESAS COM AQUISIÇÕES DE COMBUSTÍVEIS DERIVADOS DE PETRÓLEO PARA MISTURA E REVENDA – IMPOSSIBILIDADE DE EQUIPARAÇÃO A PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS
  - **Solução de Consulta nº 99.002, de 04 de outubro de 2022 (DOU 18.10.22)**

**DIVERSOS**

**LEGISLAÇÃO**

1. PROGRAMA DE QUITAÇÃO ANTECIPADA DE TRANSAÇÕES E INSCRIÇÕES DA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO - QUITAPGFN
  - **Portaria PGFN/ME nº 8.798 de 04 de outubro de 2022 (DOU 07.10.22)**
2. PUBLICAÇÃO DA 3ª EDIÇÃO DO MANUAL SISCOMEX DRAWBACK SUSPENSÃO
  - **Portaria SECEX 219, de 19 de outubro de 2022 (DOU 20.10.22)**

**JURISPRUDÊNCIA**

3. CONTA CORRENTE CONJUNTA – PENHORA INTEGRAL – IMPOSSIBILIDADE
  - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**
4. ITCMD – ARROLAMENTO SUMÁRIO – DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DO RECOLHIMENTO PRÉVIO
  - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**
5. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – INCIDÊNCIA SOBRE A REMUNERAÇÃO TOTAL – INCLUSÃO DOS DESCONTOS DO EMPREGADO NA BASE DE CÁLCULO
  - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**
6. EXECUÇÃO FISCAL – PAGAMENTO DO DÉBITO ANTES DA CITAÇÃO – FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS – IMPOSSIBILIDADE – EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO NO MOMENTO DO PAGAMENTO
  - **Precedente do Tribunal de Justiça de São Paulo**
7. DEPÓSITO JUDICIAL – EQUIPARAÇÃO À QUITAÇÃO – IMPOSSIBILIDADE – EXIGÊNCIA DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA ATÉ A DATA DO LEVANTAMENTO PELO CREDOR - POSSIBILIDADE
  - **Precedente do Tribunal de Justiça de São Paulo**
8. QUALIFICAÇÃO DA MULTA – REITERADA OMISSÃO DE RENDIMENTOS – SUFICIÊNCIA PARA CARACTERIZAÇÃO DE DOLO
  - **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**
9. COMPENSAÇÃO – REVISÃO DA BASE DE CÁLCULO PARA COMPROVAÇÃO DO CRÉDITO – PRAZO LIMITE DE 5 ANOS - INAPLICABILIDADE
  - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

10. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO – FORNECIMENTO EM CARTÃO – NÃO INCIDÊNCIA
  - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
11. ITR – VALOR DA TERRA NUA APURADO COM BASE NO SISTEMA DE PREÇOS DE TERRAS (SIPT) – IMPOSSIBILIDADE
  - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
12. MULTA QUALIFICADA – NECESSIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE FRAUDE
  - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
13. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PESSOA JURÍDICA – CARACTERIZAÇÃO DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO – TRIBUTAÇÃO DA PESSOA FÍSICA
  - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
14. APRESENTAÇÃO DE NOVOS DOCUMENTOS PARA CONTRAPOR DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA – POSSIBILIDADE DE ANÁLISE QUANDO DO JULGAMENTO DO RECURSO
  - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
15. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS – APORTES EM PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR ABERTA – NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DO CARÁTER PREVIDENCIÁRIO SOB PENA DE CARACTERIZAÇÃO DE REMUNERAÇÃO INDIRETA
  - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
16. COMPENSAÇÃO – RETIFICAÇÃO DE DCTF ANTES DO DESPACHO DECISÓRIO – DECISÃO COM BASE NA DCTF ANTERIOR – NULIDADE
  - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
17. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – PLR – FALTA DE REGISTRO DO ACORDO NO SINDICATO – INCIDÊNCIA
  - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
18. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – PLR – ASSINATURA DO ACORDO DURANTE O PERÍODO DE APURAÇÃO – NECESSIDADE DE ANÁLISE DO CASO CONCRETO
  - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
19. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – PLR – INEXISTÊNCIA DE TAXATIVIDADE NA LEGISLAÇÃO QUANTO AO TIPO DE META A SER CUMPRIDA
  - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
20. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO – PAGAMENTO DE MANEIRA DESPROPORCIONAL À PARTICIPAÇÃO DO SÓCIO NO CAPITAL SOCIAL –

NATUREZA DIVERSA – INCIDÊNCIA QUANDO O BENEFICIÁRIO FOR PESSOA FÍSICA COM ATUAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

**21.** CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – REEMBOLSO DE DESPESAS AOS EMPREGADOS – NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO PARA AFASTAR A INCIDÊNCIA

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**